

**CENTRO UNIVERSITARIO CURITIBA  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**FERNANDO TRISKA SALVADORI**

**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E SUAS  
DIFICULDADES:  
UM ESTUDO DA INTEGRAÇÃO, SEU PROCESSO HISTÓRICO E  
DIFICULDADES**

**CURITIBA**

**2023**

**FERNANDO TRISKA SALVADORI**

**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E SUAS  
DIFICULDADES:  
UM ESTUDO DA INTEGRAÇÃO, SEU PROCESSO HISTÓRICO E  
DIFICULDADES**

Trabalho apresentado no curso de  
graduação de Relações internacionais do  
Centro Universitário Curitiba

Orientadora: Profa. Me. Natali Laise  
Zamboni Hoff

CURITIBA

2023

**FERNANDO TRISKA SALVADORI**

**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E SUAS  
DIFICULDADES:  
UM ESTUDO DA INTEGRAÇÃO, SEU PROCESSO HISTÓRICO E  
DIFICULDADES**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e adequado à obtenção do título de Bacharel e provado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
20\_\_.

Local dia mês ano

---

Profa. Me. e Orientadora. Natali Laise Zamboni Hoff  
Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA

---

Prof. \_\_\_\_\_  
Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA

Dedico a todos aqueles que não deixam de acreditar em si e a minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais que me deram os meios os quais me possibilitaram chegar a este momento e o apoio que me fez acreditar em minhas capacidades.

A meus avos que me incentivaram e me dedicaram apoio durante toda a minha vida com grandes exemplos e inspirações as quais moldaram quem eu sou.

Aos meus amigos durante a graduação que tornaram esta jornada mais divertida e motivadora.

A minha orientadora pela paciência e auxílio.

“Às vezes, a vida é como um túnel escuro. Você nem sempre consegue ver o final do túnel, mas, se continuar em movimento, chegará em um lugar melhor”

(Iroh, “Avatar: The Last Airbender”)

## RESUMO

Este trabalho procura compreender o processo de integração na América latina e suas dificuldades. Compreendendo os princípios moldadores do conceito de integração e suas origens, observando a influência ocidental neste conceito e sua aplicação em uma região em desenvolvimento como a América latina, observando a influência dos conceitos de globalização, interdependência, soberania e o regionalismo, neste conceito que faz parte das discussões regionais desde a carta da Jamaica até os dias atuais. Observando o processo de integração, baseado em quatro ondas desde o sec. XIX, passando por momentos de mais otimismo e interesse regional, e por menos interesse regional na integração, além de analisar os mecanismos desenvolvidos para promover como a CEPAL, IIRSA e o MERCOSUL, assim observando como a integração desenvolvida com o intuito de promover o desenvolvimento destas regiões em processo de desenvolvimento, acaba por passar por diversas dificuldades em sua implementação, por falta de interesse regional e influências de países mais desenvolvidos.

**Palavras-chave:** América Latina, desenvolvimento, integração.

## **ABSTRACT**

This work seeks to understand the process of integration in Latin America and its challenges. By comprehending the guiding principles of the integration concept and its origins, observing the Western influence on this concept and its application in a developing region like Latin America, considering the influence of globalization, interdependence, sovereignty, and regionalism in this concept, which has been part of regional discussions from the Jamaica letter to the present day. Examining the integration process based on four waves since the 19th century, experiencing moments of greater optimism and regional interest, as well as periods of decreased regional interest in integration. Additionally, analyzing the mechanisms developed to promote integration, such as CEPAL, IIRSA, and MERCOSUR, and thus observing how integration, aimed at fostering the development of these developing regions, faces various difficulties in its implementation due to a lack of regional interest and influences from more developed countries, hindering its effective progress.

**Keywords:** Latin America, development, integration.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1. TEORIA DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA</b> .....	<b>11</b>
1.1 GLOBALIZAÇÃO E INTERDEPENDENCIA .....	11
1.2 SOBERANIA DOS ESTADOS.....	14
<b>2. REGIONALISMO NA AMÉRICA LATINA</b> .....	<b>18</b>
2.1 REGIONALISMO E INTEGRAÇÃO.....	20
2.2 REGIONALISMO E AMÉRICA LATINA.....	21
<b>3. HISTORICO CONTURBADO DE INTEGRAÇÃO</b> .....	<b>24</b>
3.1. DA INDEPENDENCIA A IDEIA DE AMÉRICA LATINA.....	24
3.2 CARTA DA JAMAICA.....	25
3.3. ONDAS DE INTEGRAÇÃO .....	27
3.3.1 Primeira onda.....	27
3.3.2 Segunda onda.....	30
3.3.3 Terceira onda.....	33
3.3.4 Quarta onda .....	37
<b>4. POLÍTICAS DE IMPLANTAÇÃO E DIFICULDADES DE INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA</b> .....	<b>40</b>
4.1 MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO .....	41
4.1.1 CEPAL .....	41
4.1.2 IIRSA.....	47
4.2 MERCOSUL .....	49
4.2.1 Precusores do Mercosul .....	49
4.2.2 Funcionamento do Mercosul.....	51
4.2.3 Desafios da integração .....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	

## INTRODUÇÃO

A América Latina, marcada por uma rica diversidade cultural e histórica, tem sido palco de inúmeras tentativas de integração regional ao longo do tempo. Este trabalho propõe-se a explorar a complexidade desse processo, fundamentando-se em teorias de integração regional, globalização, interdependência e soberania dos Estados. O regionalismo na América Latina, embora almeje a união entre nações, encontra desafios significativos ao lidar com a soberania de cada Estado e os efeitos da globalização.

A investigação sobre o "Processo de Integração da América Latina e Suas Dificuldades" é essencial em diversos aspectos, permeando dimensões acadêmicas, sociais, econômicas e práticas. Do ponto de vista acadêmico, a complexidade interdisciplinar desse tema oferece uma abordagem holística, conectando áreas como relações internacionais, economia, política, sociologia e história. O estudo contribui significativamente para a produção de novos conhecimentos e teorias, enriquecendo a base intelectual sobre integração regional.

No âmbito social, a compreensão das dificuldades no processo de integração é crucial para entender o impacto nas comunidades locais. Questões como migração, identidade cultural e inclusão social estão intrinsecamente ligadas ao sucesso ou fracasso da integração. Além disso, o conhecimento adquirido promove uma cidadania mais informada, capacitando as pessoas a participarem ativamente no diálogo sobre políticas públicas relacionadas à integração.

Na esfera econômica, a América Latina detém um vasto potencial econômico que pode ser desbloqueado por meio da integração. A compreensão das dificuldades nesse processo é crucial para identificar oportunidades de crescimento econômico sustentável e facilitar o comércio internacional. Isso, por sua vez, promove a circulação de bens e serviços, aumentando a eficiência econômica e melhorando a competitividade global da região.

No âmbito prático, a pesquisa fornece informações valiosas para tomadores de decisão, incluindo líderes políticos, empresariais e da sociedade civil. Esses insights embasam decisões informadas sobre políticas públicas, investimentos e estratégias regionais. Além disso, o entendimento das dificuldades na integração é fundamental para a formulação de políticas externas e estratégias diplomáticas,

promovendo uma abordagem mais eficaz na construção de parcerias e na resolução de conflitos regionais.

Na primeira seção, abordaremos a teoria da integração regional na América Latina, examinando os conceitos de globalização e interdependência, bem como a questão premente da soberania dos Estados. Esses elementos constituem a base teórica para compreender a dinâmica da integração regional na região.

No segundo capítulo, adentraremos no tema do regionalismo na América Latina, definindo-o e destacando suas implicações. Este conceito será a chave para entender como os países da região buscam se unir em meio às diversidades políticas, econômicas e culturais.

O terceiro ponto abordado será o histórico conturbado de integração na América Latina. Desde os primórdios da independência até a concepção da ideia de América Latina e a influência da Carta da Jamaica, a região tem experimentado momentos de avanço e recuo na busca por uma integração efetiva. Observando tais tentativas e retrocessos no processo de integração baseado em quatro grandes ondas de integração ocorridas na América latina.

No quarto capítulo, exploraremos os mecanismos de integração na América Latina e suas dificuldades. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) serão analisadas, assim como o Mercosul, destacando os desafios enfrentados por esses mecanismos na promoção da integração regional.

Por fim, a quinta seção discutirá os desafios da integração na América Latina, considerando as dificuldades históricas, políticas, econômicas e sociais que permeiam esse processo. A compreensão desses desafios é fundamental para vislumbrar caminhos eficazes rumo a uma integração regional mais sólida e efetiva.

Neste contexto, este trabalho visa contribuir para uma compreensão aprofundada da integração regional na América Latina, destacando as nuances teóricas, históricas e práticas que moldam esse complexo processo em uma região tão dinâmica e diversificada.

## 1. TEORIA DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

O conceito de integração regional foi um tema constante no cenário internacional e por consequência adentrou nas discussões regionais na América Latina, já que este conceitualmente seria responsável por ajudar nos desenvolvimentos destes países. Dentro deste conceito podemos observar a presença de teorias prévias que moldaram tal ideia, dentre elas podemos observar o papel da globalização, interdependência e soberania dos estados constituindo o cerne da integração que conhecemos.

### 1.1 GLOBALIZAÇÃO E INTERDEPENDENCIA

A emergente ordem internacional, moldada pela globalização, induz a comportamentos diversos nos Estados. Essa observação é parcialmente aplicável à América Latina, onde cada nação busca estabelecer sua estratégia dentro desse novo cenário. Entretanto, ao mesmo tempo, é possível identificar um comportamento semelhante entre os países, caracterizado pela redemocratização, adoção de políticas de cunho neoliberal, reestruturação do Estado e participação em processos de integração regional. (MARIANO, 2007)

Apesar de as nações latino-americanas terem adotado abordagens diversas diante da globalização, nota-se uma convergência devido a fatores comuns. Entre esses fatores, destaca-se a imposição de alternativas por grandes instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. No entanto, simplificar demais a compreensão do fenômeno ao atribuir exclusivamente a essas instituições a responsabilidade pelas escolhas seria uma visão simplista. As opções adotadas foram também moldadas pelos contextos internos da região e pela posição dos Estados latino-americanos no sistema internacional. (MARIANO, 2007)

Na década de 1960, os processos de integração regional eram caracterizados por um otimismo em relação à sua capacidade de promover a integração econômica e servir como instrumentos de controle de conflitos, especialmente no contexto europeu influenciado pela Guerra Fria. No entanto, a segunda onda de regionalismo foi fortemente impactada pelo novo contexto internacional, com o fim da Guerra Fria desempenhando um papel crucial nesse segundo impulso. O colapso da

bipolaridade e a subsequente descentralização do sistema vigente abriram espaço para arranjos regionais florescerem. Simultaneamente, a globalização intensificou a sensação de vulnerabilidade dos países em desenvolvimento, enquanto a regionalização oferecia uma possível proteção contra o isolamento (FAWCETT, 2000).

Nesse cenário, os processos de integração da segunda onda tinham como objetivo adaptar-se à ordem internacional existente, tornando-se um desdobramento natural desse ordenamento e um elemento necessário para melhorar o desempenho dos países dentro desse sistema. Essa mudança de perspectiva estava intrinsecamente relacionada ao movimento de redefinição do papel do Estado. (MARIANO, 2007)

Entre os anos 1970 e 1980, a estrutura estatal dos países latino-americanos foi vigorosamente questionada, especialmente devido à ausência de democracia e à carência de canais de influência para diversos grupos sociais organizados. A estratégia de desenvolvimento, anteriormente bem-sucedida em alguns países, como o Brasil, com base no protecionismo e no mercado interno, entrou em contradição com a nova realidade internacional marcada pelo aumento da interdependência e novo regionalismo assumiu características distintas do período anterior, especialmente com a adoção do regionalismo aberto. Isso significou que a integração deixou de ser um mecanismo protecionista para se tornar um instrumento de abertura comercial e aumento da capacidade do Estado para lidar com as novas demandas sociais e as pressões das relações transnacionais outra característica notável desse novo regionalismo foi a ampliação dos processos de integração para além de países com o mesmo nível de desenvolvimento, surgindo iniciativas Norte-Sul que adicionaram uma dimensão diferente às dinâmicas regionais. (FAWCETT, 2000)

Na década de 1990, as nações latino-americanas passaram por uma mudança significativa, buscando reformular seus Estados diante das pressões externas, especialmente aquelas geradas pela globalização. Este período marcou a retomada da democracia em países que, nos anos 1980, estavam restabelecendo seus regimes democráticos. Esse processo de transição foi acompanhado por uma reforma no Estado, visando adequá-lo à nova realidade internacional e às demandas dos grupos sociais organizados.

Enquanto esses países se esforçavam para restabelecer a democracia, a globalização estava desarticulando dois aspectos fundamentais do modelo estatal baseado na soberania e territorialidade. A nova realidade global de arranjos territoriais informais, não mais centrados em fronteiras delimitadas, exigia do Estado funções inovadoras de articulação com outras nações e atores não governamentais, a soberania e a territorialidade estavam em constante reconfiguração, descentralizando-se para âmbitos institucionais além do Estado e do território nacional. Essa mudança estimulou a adoção de uma estratégia neoliberal na América Latina, tanto no campo político quanto econômico, resultando em uma reforma do Estado e em uma nova onda integracionista. (SASSEN, 2001)

A influência da CEPAL na integração da América Latina, por meio de seu projeto de integração inserido em uma teoria do desenvolvimento econômico, tornou-se evidente durante a retomada da ideologia liberal, ou neoliberalismo, na década de 1990. A concepção de América Latina, juntamente com a defesa da unidade latino-americana, desafiou o novo domínio liberal moldado pelo neoliberalismo. Anteriormente marginalizada no modelo primário-exportador e defensor do livre-comércio, a ideia de integração latino-americana adaptou-se à conjuntura neoliberal. Esse período também viu a ascensão do funcionalismo, uma teoria pós-Segunda Guerra Mundial liderada por David Mitrany (1948). O funcionalismo propõe que problemas técnicos podem ser compartilhados por estados próximos, incentivando a formação de instituições regionais para solucioná-los. (BARCELLOS, 2020)

O desenvolvimento econômico e tecnológico cria uma necessidade de integração, tornando-a possível como resultado desse avanço. A prevenção de conflitos armados, segundo o funcionalismo, pode ser alcançada por meio de acordos internacionais em áreas funcionais específicas, como saúde, comunicação e tecnologia. A globalização, ao integrar tecnologia e economia entre diferentes países, abriu espaço para desafios tecnicamente complexos, cuja resolução vai além da capacidade dos Estados individualmente. Isso levou à necessidade de cooperação internacional, especialmente em questões que transcendem fronteiras nacionais, contribuindo para diluir a importância das fronteiras políticas. A cooperação internacional torna-se essencial para enfrentar desafios compartilhados e garantir um desenvolvimento sustentável. (MILTRANY, 1948)

## 1.2 SOBERANIA DOS ESTADOS

O conceito de soberania ao longo da história sempre esteve intrinsecamente ligado à racionalização jurídica do poder, com o objetivo de transformar a capacidade coercitiva em um poder legitimado por leis. Em termos mais simples, busca-se converter o poder efetivo em um poder reconhecido legalmente. (CRUZ, 2008)

Bobbio (2008) sugere que a soberania pode ser compreendida de forma ampla ou restrita. De maneira ampla, ela se refere ao poder de última instância em uma sociedade política, destacando a distinção em relação a outras organizações humanas. Em uma abordagem mais restrita, na sua conotação moderna, o termo surge no final do século XVI, associado ao Estado Absoluto, caracterizando-o como o único e exclusivo sujeito da política.

Com a superação do Estado Absoluto e o surgimento do Estado Moderno, a soberania foi transferida da pessoa do soberano para a nação. E estabeleceu a doutrina da soberania da nação, argumentando que, em uma nação livre, as divergências constitucionais devem ser resolvidas pela própria nação, não pelos notáveis. (CRUZ, 2008)

Assim, a proclamação da soberania como independência em relação a qualquer poder externo tornou-se uma característica essencial do Estado Moderno. A consolidação do princípio democrático reafirmou a soberania em relação ao exterior, proibindo interferências nas decisões internas da comunidade. (CRUZ, 2008)

No entanto, a soberania nacional contemporânea enfrenta o desafio de conciliar-se com a realidade de que os estados são parte de uma sociedade internacional regida por suas próprias normas. O estado soberano encontra-se vinculado a obrigações externas provenientes de tratados bilaterais, convenções multilaterais ou práticas costumeiras reconhecidas internacionalmente. O não cumprimento dessas obrigações pode resultar em sanções severas por parte de outros estados, geralmente representados por organismos específicos. O ordenamento internacional dispõe de meios jurídicos e econômicos para garantir o cumprimento dessas sanções. (CRUZ, 2008)

A existência de uma sociedade internacional e, conseqüentemente, de obrigações vinculantes para o estado, não é, em princípio, incompatível com sua soberania. Essa compatibilidade deriva do princípio de que os compromissos internacionais do estado resultam do seu consentimento voluntário. (CRUZ, 2008)

Destaca que, de maneira geral, os tratados não prejudicam a soberania, uma vez que sua limitação é baseada na vontade soberana do estado limitado. Assim, o estado assume voluntariamente suas obrigações internacionais, submetendo-se ao direito internacional por sua própria vontade soberana. (KELSEN, 1969)

Como reflexo dessa concepção, as constituições estipulam que o estado pode assumir voluntariamente obrigações internacionais. Vale ressaltar que essas obrigações, especialmente as mais significativas, frequentemente requerem a aprovação dos parlamentos representantes do povo, mesmo que o poder executivo seja encarregado de gerir as relações internacionais. (CRUZ, 2008)

Contudo, até recentemente, esse paradigma teórico era suficiente para abordar a integração do Estado no cenário internacional. Contudo, a realidade contemporânea difere dessa abordagem teórica. A crescente interconexão e interdependência entre Estados, aliadas à consolidação de princípios orientadores das relações entre eles, têm claramente conduzido à formação de uma ordem jurídica internacional cuja força vinculante é desafiadora de explicar apenas pela aceitação individual de cada Estado. (CRUZ, 2008)

A nova ordem internacional, surgida após o declínio da União Soviética, postula que certos princípios presentes nos estatutos de organizações internacionais são vinculativos, inclusive para países que não fazem parte dessas organizações. Estados, independentemente de serem membros das Nações Unidas, que negligenciam as normas estabelecidas na arena internacional, ficam sujeitos a sanções por parte da comunidade global. (CRUZ, 2008)

A consciência da existência de uma ordem internacional, com normas que transcendem os ordenamentos internos dos Estados, reflete-se no reconhecimento expresso e direto por parte de muitos Estados da primazia dessas normas. Assim, os ordenamentos jurídicos nacionais passaram a reconhecer, em diferentes graus, a superioridade do Direito Internacional, especialmente no que diz respeito a normas mais abrangentes. É crucial ressaltar que o princípio da voluntariedade na

submissão dos Estados às normas internacionais é notavelmente marcado pela adesão dos Estados a organizações internacionais, implicando em uma limitação da soberania praticamente irreversível. Desse modo, os "Estados Soberanos" assumem compromissos permanentes, aos quais permanecem vinculados indefinidamente. (CRUZ, 2008)

No atual panorama internacional globalizado, observa-se claramente o surgimento de uma nova concepção de soberania, alinhada aos interesses liberais do mercado. Esse movimento está intrinsecamente ligado ao declínio dos países socialistas do leste europeu e à subsequente dissolução do bloco que se opunha à globalização da economia de mercado e ao capitalismo. Além disso, o desenvolvimento efetivo da tecnologia e da ciência nas áreas de comunicação e nos ambientes virtuais adotados por instituições financeiras e operadores do comércio internacional também desempenham um papel significativo nesse contexto. (ALBERT, 1992)

O poder dos Estados nacionais, pode-se afirmar, está em um estágio avançado de declínio. Não é o poder em si que desaparece, mas sim uma forma específica de sua organização, que atingiu sua expressão mais forte no conceito jurídico-político de soberania. A importância histórica dessa concepção reside na busca por uma conciliação entre poder e direito, entre o ser e o dever ser. Essa síntese, embora sempre problemática, procurou identificar um poder supremo e absoluto, submetido à lei, em harmonia com o poder da sociedade política. (CRUZ, 2008)

Com a crise desse entendimento de soberania, vários autores apontam para a necessidade de uma análise cuidadosa dos fenômenos políticos em curso. É imperativo realizar uma nova síntese jurídico-política capaz de racionalizar e disciplinar legalmente as novas formas de poder e as novas autoridades que estão surgindo. (BOBBIO, 2008)



## 2. REGIONALISMO NA AMÉRICA LATINA

O regionalismo é um conceito que pode ser definido como a integração econômica ou política em uma região específica do mundo resulta na formação de blocos regionais e outros desdobramentos. Dois aspectos notáveis nesta conceituação são a amplitude do regionalismo, que não se limita apenas ao aspecto econômico, e as variadas configurações e desmembramentos resultantes. Este conceito é utilizado para denotar fenômenos distintos um de natureza econômica e outro de natureza política. Enquanto o processo econômico engloba os fluxos de comércio e investimentos dentro de uma região, o processo político representa a maneira como os países se unem na criação de grupos ou blocos, buscando a cooperação para estimular tais fluxos de comércio e investimentos, assim o regionalismo pode ser impulsionado por processos formais e informais. Quando guiado por forças microeconômicas que influenciam os fluxos comerciais e financeiros entre os estados de uma determinada região, pode ser caracterizado como um processo informal. Por outro lado, quando orientado por forças políticas organizadas em diversas modalidades de acordos, que variam desde áreas preferenciais de comércio até formas mais estruturadas, como as áreas econômicas, ele se configura como um processo formal. (BATTISTELLA, 2014)

Existem três modalidades de regionalização, a formação de blocos, o regionalismo e a polarização. A formação de blocos refere-se à concentração relativa do comércio internacional entre países membros de acordos formais de livre comércio ou outras formas de integração econômica. O regionalismo envolve a concentração relativa do comércio internacional entre países que fazem parte de um grupo de Estados coesos de forma informal, com ênfase na proximidade geográfica. Por outro lado, a polarização é uma situação especial de regionalismo, ocorrendo entre países em diferentes estágios de desenvolvimento, representando a concentração relativa do comércio internacional entre um grupo de Estados em desenvolvimento e um grupo de Estados industrializados em proximidade geográfica. (MORE, 2002)

Por conseguinte, observa-se que regionalização e regionalismo são conceitos distintos, sendo o segundo uma subcategoria do primeiro. Esses conceitos explicam

os movimentos naturais da economia, que ao longo do tempo têm se tornado a própria razão para o aprofundamento e ampliação dos processos de integração por meio de acordos formais, seja para a criação de áreas de livre comércio, seja para a formação de blocos econômicos, como exemplificado pelo Mercosul. (OLIVEIRA, 2009)

De maneira distinta podemos analisar a concretização da aproximação, ou seja, ao nível de intensificação das relações cooperativas entre os agentes de uma região, ocorrendo sem a necessidade de um projeto ou estratégia política específicos. Isso atua como um elemento orientador no desenvolvimento dessas interações. (OLIVEIRA, 2009)

A autora Jacob Kol (1996) ainda discute duas dimensões da região, a geográfica e a artificial. Na perspectiva geográfica, a região é definida como um conjunto ou unidade geográfica formada por entidades políticas, econômicas e sociais que estão geograficamente próximas e mantêm níveis elevados e constantes de interação entre si. Em contraste, a dimensão artificial refere-se a um conjunto de práticas cognitivas envolvendo linguagem, discurso político e a criação de conceitos, metáforas e analogias que determinam a definição da identidade regional.

Com base nessas duas concepções de região a autora Jacob Kol (1996) diferencia duas facetas do conceito de regionalismo, a geográfica e a artificial. A dimensão geográfica implica uma identidade cultural, histórica e social dos grupos humanos em regiões fronteiriças, facilitando a integração. Portanto, a associação com o regionalismo remete à adoção de acordos entre Estados soberanos geograficamente próximos.

Apesar de a contiguidade física dos países facilitar os processos de integração, a integração também pode ocorrer entre economias ou sociedades cujos territórios não são fronteiriços, especialmente em acordos comerciais. Assim, a dimensão artificial do regionalismo implica considerá-lo como uma construção social moldada por processos políticos, onde o critério para a composição da região não é material, a região, é uma construção sociopolítica que não necessariamente obedece ao critério da proximidade física dos Estados-partes. (OLIVEIRA, 2009)

## 2.1 REGIONALISMO E INTEGRAÇÃO

O regionalismo é fator muito importante na integração pois ele apresenta os cinturões de desenvolvimento que são conjuntos de iniciativas na área de infraestrutura interligadas por eixos logísticos, responsáveis por transportar serviços essenciais. A finalidade primordial dos Cinturões é atender às demandas e oportunidades do mercado, visando atrair investimentos tanto políticos quanto privados de forma complementar. Além de impulsionar as atividades de importação e exportação, esses cinturões têm a função de agir como elementos integradores da região, otimizando os fluxos entre os centros econômicos. As áreas abrangidas pelos cinturões e suas especialidades de desenvolvimento são determinadas pelas diversidades econômicas e pelos sistemas de transporte presentes nas redes de cidades. (SILVA, 1997)

A integração das regiões através do desenvolvimento de ligações multimodais, que envolvem a combinação de infraestrutura básica e os cinturões de desenvolvimento. Embora o foco principal de seu estudo seja o comércio, o autor reconhece a necessidade de ir além, considerando que a infraestrutura na América do Sul deve abranger aspectos mais amplos. Adotando uma perspectiva geoeconômica única, orienta os projetos de infraestrutura em busca de eficiência econômica, ambiental e social. Isso se concretiza pela integração de redes de transportes, comunicações e fornecimento estável e confiável de energia nos Cinturões. O planejamento proposto está alinhado com as mudanças do período, seguindo o paradigma do planejamento indicativo e argumenta de maneira clara que o avanço da infraestrutura básica pode estabelecer conexões entre os países sul-americanos, dando início a um processo de integração econômica e que esse desenvolvimento poderia impulsionar a integração política, resultando na formação de um Acordo de Livre Comércio e, por último, em um Acordo de Livre Comércio Continental na América do Sul. (BATISTA, 1997)

A concepção dos Eixos Nacionais tinha como objetivo facilitar o desenvolvimento e a integração territorial, combinando infraestrutura econômica, desenvolvimento social e exploração dos recursos naturais. A proposta sugeria que esses eixos cobrissem todo o território nacional, articulando e integrando os fluxos

comerciais de bens e serviços entre os mercados nacionais e internacionais. (BATISTA, 1997)

A abordagem inovadora dos Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento (ENIDs) foi adotada após a constatação de que os modelos anteriores de desenvolvimento, centrados em polos e corredores de exportação, enfocavam apenas as extremidades, negligenciando as áreas intermediárias. O modelo de polos enfrentava desafios, especialmente as deseconomias de escala causadas pelo aumento descontrolado das demandas por infraestrutura econômica e social em determinadas regiões. Já os corredores de exportação concentravam o crescimento econômico nas extremidades, desconsiderando as regiões intermediárias. (MPO; BNDES, 2001)

Os objetivos finais decorrentes da integração dos ENIDs refletem o contexto neoliberal presente no estudo. Uma das justificativas apresentadas para o investimento na integração dos Eixos Nacionais é o fortalecimento das regiões para sua inserção competitiva no mercado internacional. Para isso, propõe-se a adoção do conceito de rede intermodal de infraestrutura econômica, visando maximizar as oportunidades para atrair investimentos externos. (MPO; BNDES, 2001)

Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs), assim como seus projetos associados, foram concebidos com a intenção de assegurar que os investimentos destinados a um determinado Eixo resultem no desenvolvimento das demais áreas ou eixos com atividades relacionadas. É relevante enfatizar que o estabelecimento e a integração dos ENIDs não foram planejados apenas para o contexto nacional, mas sim para conectar o Brasil aos demais países da América do Sul. (MPO; BNDES, 2001)

## 2.2 REGIONALISMO E AMÉRICA LATINA

No estudo de Eliezer Batista (1997), os Cinturões de Desenvolvimento foram fundamentais para a integração física da América do Sul. Com a introdução do Estudo dos Eixos, essa integração passou a ser suportada pelos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, seguindo os mesmos princípios fundamentais

estabelecidos. São precisamente esses ENIDs, empregados nos Planos Plurianuais de 1996-99 e 2000-03, que contribuíram para a criação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento da América do Sul (EIDs).

O documento institucional "Ferramenta de Trabalho para o Desenho de uma visão estratégica da integração física sul-americana", apresentado como material de trabalho na reunião do Comitê de Direção Executiva da IIRSA em 2003, define os Eixos de Integração e Desenvolvimento da América do Sul da seguinte maneira:

Em concordância com a visão geoeconômica da região, o espaço sul americano é organizado em torno de faixas multinacionais, que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais, nas quais se busca estabelecer um padrão mínimo comum de qualidade de serviços de infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações a fim de apoiar as atividades produtivas específicas de cada faixa ou Eixos de Integração e Desenvolvimento. (CCT, 2003)

A delimitação espacial dos eixos corresponde à concentração dos fluxos comerciais em torno de áreas multimodais de transporte, energia e comunicação. Essas áreas possuem um padrão mínimo de infraestrutura que mantém o atual fluxo das cadeias produtivas e suas economias de escala ao longo dos eixos. A razão última para essa concepção está associada ao diagnóstico de áreas isoladas ou subutilizadas, que teriam potencial para se integrarem às economias de escala se dispusessem da infraestrutura necessária. (VIEIRA, 2011)

Os principais critérios técnicos empregados na análise do território para a definição dos projetos em cada eixo de integração e desenvolvimento foram os seguintes cobertura geográfica de países e regiões, considerando a maior participação possível dos doze países membros, áreas com maior concentração populacional e redes de infraestrutura já existentes, fluxos de bens, pessoas e serviços existentes, que já contam com a integração dos territórios multinacionais para o escoamento comercial, estudo dos fluxos potenciais realizado por meio de uma combinação entre o nível de desenvolvimento do território, os recursos naturais e o interesse da iniciativa privada, buscando identificar o possível potencial para a

geração de produtos exportáveis dentro e fora da região da América do Sul. (VIEIRA, 2011)

A aplicação desses critérios técnicos para a análise do território resultou inicialmente em doze eixos inaugurais, que serviram como ponto de partida para um trabalho mais detalhado de validação por meio do levantamento de informações, visitas aos países e reuniões técnicas multilaterais. O resultado desse processo foi o agrupamento de alguns dos eixos propostos, com redefinições que levaram a uma redução no número de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) para dez. Assim observamos que os eixos regionais desempenham um papel crucial no fortalecimento do regionalismo ao promoverem a integração e o desenvolvimento coordenado entre áreas geograficamente próximas. Esses eixos servem como conexões estratégicas que facilitam a cooperação econômica, social e política entre regiões, criando sinergias que impulsionam o crescimento sustentável. Ao estabelecer eixos regionais, é possível otimizar a utilização de recursos, promover a diversificação econômica e compartilhar boas práticas, contribuindo para a resiliência e a competitividade regional. Além disso, a criação de eixos regionais pode fortalecer a identidade e a coesão dentro de uma determinada área geográfica, incentivando a colaboração em questões comuns e a busca de soluções compartilhadas para desafios específicos. Assim, a implementação eficaz de eixos regionais desempenha um papel vital no fomento do regionalismo, estimulando o desenvolvimento equilibrado e a harmonização de interesses para o benefício conjunto das comunidades envolvidas. (VIEIRA, 2011)

### 3. HISTORICO CONTURBADO DE INTEGRAÇÃO

#### 3.1. DA INDEPENDENCIA A IDEIA DE AMÉRICA LATINA

As nações latino-americanas conquistaram sua independência como parte de um intrincado processo político internacional. Esse movimento foi moldado pelas influências da independência das treze colônias norte-americanas, da Revolução Francesa, da revolta dos escravos no Haiti e, sobretudo, pelas Guerras Napoleônicas e pelas invasões na Península Ibérica. No contexto do império espanhol na América, a estabilidade dependia de um equilíbrio entre os grupos de poder, compreendendo a administração da metrópole, a Igreja e a elite local, esta última solidamente estabelecida em todo o continente. (RODRIGUES, 2017)

Durante esse período, uma característica econômica crucial era o monopólio colonial, que impunha às colônias o consumo exclusivo das exportações espanholas em troca do fornecimento de minerais e produtos tropicais, sem permitir um comércio Inter colonial. No entanto, essa dinâmica começou a se transformar com a convergência de eventos no cenário internacional. Entre 1797 e 1801, surgiu a oportunidade de quebrar o monopólio comercial espanhol, possibilitando o estabelecimento de relações comerciais ativas com estrangeiros, notadamente com os Estados Unidos. As elites crioulas exportadoras perceberam as vantagens evidentes que lhes haviam sido negadas anteriormente. Além disso, ocorreu a associação das elites crioulas exportadoras com o Império Britânico, e a incapacidade da burguesia espanhola em instituir instituições do regime capitalista na península e em seus territórios ultramarinos resultou na incorporação da Espanha aos tempos modernos. (RODRIGUES, 2017)

A luta pela independência teve início e se estendeu por aproximadamente dezesseis anos. No que diz respeito às dinâmicas sociais desse período, destacam-se três distintas transições econômicas com as reformas liberais, que envolviam a expropriação de terras pertencentes à Igreja, a privatização de vastas extensões de terras públicas, a transferência das terras anteriormente controladas por comunidades indígenas para proprietários individuais e alterações na tributação, a abolição da escravidão, e a expansão para as áreas fronteiriças. Apesar dessas

mudanças, os principais meios de produção na América espanhola permaneceram predominantemente sob o controle da classe alta crioula, que, com a independência, não apenas assumiu o comando político, mas também eliminou as restrições à completa integração ao mercado mundial, características do sistema imperial espanhol. (BETHELL, 2009)

Ao longo do processo de transição para a independência na América Latina, a Inglaterra exerceu uma influência externa de grande relevância, devido ao seu poderio naval, comercial e industrial. Apesar de manter uma neutralidade aparente nos conflitos entre a América e a Espanha, a Grã-Bretanha possuía interesses diretos na região. (RAMOS, 2012)

É nesse contexto que emerge a figura de Simón Bolívar. Com uma educação liberal, Bolívar reconhecia que nenhuma vitória parcial das repúblicas sul-americanas seria garantida enquanto as tropas espanholas permanecessem ativas no continente. Daí a necessidade, segundo Bolívar, de uma gestão libertadora continental, um dos fundamentos de seu pensamento. No entanto, essa unidade na gestão libertadora não se restringia à vitória militar, estendendo-se também ao futuro político das repúblicas independentes. Assim, Bolívar referia-se aos espanhóis e à sua presença militar e política nas colônias

### 3.2 CARTA DA JAMAICA

A Carta da Jamaica, escrita por Bolívar em 1815, reafirma as críticas às instituições adotadas pelos regimes anteriores. Neste documento, Bolívar realiza uma análise retrospectiva da história da América Latina e expressa suas impressões sobre os acontecimentos da época. Um conceito central nesse texto é o de "Pátria Grande", definido como "la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riqueza que por su libertad y gloria" (BOLIVAR, 2013, p.68). Esse termo refere-se ao sentido de comunidade, ao sentimento de pertencimento compartilhado entre as nações da América Latina, representando um imaginário coletivo de possível unidade política e uma consciência de solidariedade continental. (RODRIGUES, 2017)

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único elo que conecte suas partes entre si e com o todo. Já que possui uma origem, uma língua, costumes e uma religião comuns, deveria, portanto, ter um único governo que confederasse os diferentes estados que deveriam ser formados; no entanto, isso não é possível, pois climas distantes, situações diversas, interesses opostos e caracteres diferentes dividem a América. Como seria belo se o istmo do Panamá fosse para nós o que o de Corinto foi para os gregos! Tomara que um dia tenhamos a fortuna de instalar lá um congresso digno com representantes das repúblicas, reinos e impérios para tratar e discutir sobre os elevados interesses da paz e da guerra com as nações de outras partes do mundo. (BOLIVAR, 2013, p.74-75. Tradução Livre)<sup>1</sup>

Em 1824, Bolívar convocou o Congresso do Panamá, a primeira Assembleia Internacional de Estados Americanos, formalizando a convocação em 7 de dezembro de 1824, apenas dois dias antes da Batalha de Ayacucho. Na qualidade de chefe de Estado do Peru, dirigiu esta comunicação aos governos da Gran Colômbia, México, Rio de la Plata (Argentina), Chile e América Central (então chamada Guatemala). A convocação para o Congresso do Panamá, como marco notável do pensamento integracionista de Bolívar, evidencia a urgência que ele via na realização de um projeto político que unisse os interesses e as relações entre as repúblicas americanas. Em 1825, em uma carta ao general Santander, Bolívar delineou suas ideias sobre a união dos países hispânicos em uma única federação, um ano antes da realização do Congresso do Panamá. O projeto para a realização do Congresso, devido às dificuldades de transporte da época e à persistência da guerra, estendeu-se de 1821 até 1826. (RAMOS, 2012)

O Congresso do Panamá representou um antecedente crucial para a futura cooperação interamericana. Ao final do mesmo ano, foi assinado um Tratado de

---

<sup>1</sup> Texto original: Es una idea grandiosa pretender formar de todo el Mundo Nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería, por consiguiente, tener un solo Gobierno que confederase los diferentes estados que hayan de formarse; mas no es posible, porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América. ¡Qué bello sería que el istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de Corinto para los griegos! Ojalá que algún día tengamos la fortuna de instalar allí un augusto congreso de los representantes de las repúblicas, reinos e imperios a tratar y discutir sobre los altos intereses de la paz y de la guerra, con las naciones de las otras partes del mundo. (BOLIVAR, 2013, p.74-75)

União, Liga e Confederação perpétua entre os quatro estados latino-americanos presentes (México, a Federação Centro-Americana, a Gran Colômbia e o Peru). Além disso, foi considerada a possível incorporação dos Estados restantes da América espanhola, com a proposta de reuniões confederativas a cada dois anos em tempos de paz e anuais em tempos de guerra. (RAMOS, 2012)

Apesar do Congresso do Panamá ter uma importância simbólica no pensamento bolivariano e integracionista, o desfecho da reunião não atendeu às expectativas. O congresso se dissolveu, e nos anos seguintes, essa proposta de uma nova ordem internacional sob a perspectiva latino-americana perdeu sua força. Bolívar, um dos fundadores das nações independentes da América Latina, considerava crucial analisar a postura das grandes potências europeias em relação ao hemisfério, a situação das nações americanas independentes diante dessas potências e as relações mútuas entre as repúblicas da América espanhola. A premissa fundamental era a independência e a defesa comum contra intervenções estrangeiras. (RAMOS, 2012)

### 3.3. ONDAS DE INTEGRAÇÃO

Segundo Nilson Araújo de Souza em seu artigo “América Latina: as ondas da integração” publicado em 2012 podemos dividir o processo de integração na América Latina em quatro diferentes ondas que influenciadas por interesses externos e internos moldaram o nosso processo de integração do sec. XIX até a atualidade.

#### 3.3.1 Primeira onda

Durante o século XIX, ocorreram diversas iniciativas de integração na América Latina, com destaque para a solicitação do governo peruano, em 1839, para convidar repúblicas hispano-americanas a participar de um tratado de aliança defensiva. Esses esforços foram renovados ao longo da centúria, culminando em eventos como o Tratado de Confederação em 1848, liderado pelo Peru, e o Tratado

Continental de 1856, promovido pela Venezuela. Um último grande congresso hispano-americano aconteceu entre 1864 e 1865, resultando em quatro tratados, incluindo o de União e Aliança defensiva. Apesar dessas tentativas, os desafios persistiram, incluindo conflitos entre oligarquias, dificuldades geográficas e, principalmente, a competição entre Estados Unidos e Inglaterra pelo controle ou influência direta na região, evidenciada pela Doutrina Monroe de 1823. Essas rivalidades foram cruciais para o insucesso das propostas de integração. (SOUZA, 2012)

Impulsionados pela Doutrina Monroe, o capitalismo emergente nos Estados Unidos ultrapassou fronteiras. Após adquirir a Flórida, a Louisiana e o Oregon, os Estados Unidos desencadearam uma guerra contra o México em 1845, anexando os estados do Texas, Califórnia, Colorado, Arizona, Novo México, Nevada e Utah. Após esse teste territorial, o expansionismo norte-americano seguiu dois caminhos: a ocupação territorial por meio de ações militares e a busca de avanço econômico mediante acordos comerciais, tornando-se cada vez mais agressivo. Desde as incursões do filibusteiro William Walker na América Central em 1855-1856 até a guerra com a Espanha em 1898 para controlar Cuba, o desejo de ocupar a América Central se consolidou. Simultaneamente, intervenções militares foram realizadas para manter o controle sobre os governos locais. O resultado desse processo foi a posse e controle pelos Estados Unidos de territórios como Nicarágua, Cuba, Filipinas, Porto Rico, Guam, Havaí, Samoa, Panamá, São Domingos, Haiti, Alasca e Ilhas Virgens. (HUBERMAN, 1983)

Com a hegemonia consolidada sobre as Américas do Norte e Central, os Estados Unidos passaram a competir com a Inglaterra pela liderança na América do Sul. Em vez de recorrer principalmente a intervenções militares, como nas regiões mencionadas anteriormente, os Estados Unidos adotaram a estratégia de buscar acordos comerciais. Em 1887, propuseram ao Brasil a formação de uma união aduaneira, seguida, em 1889, pela sugestão, durante a 1ª Conferência Pan-Americana, da criação de uma ampla comunidade comercial envolvendo todos os países americanos, antecipando a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) apresentada um século depois. (SOUZA, 2012)

A proposta de união comercial não teve êxito, principalmente devido a contradições, como a defesa do interesse nacional em alguns casos, e à oposição

dos fortes interesses ingleses presentes na Argentina, Brasil e Chile. No entanto, serviu como alicerce para o surgimento de um pan-americanismo que começou a consolidar a liderança dos Estados Unidos na região. (SOUZA, 2012)

O ímpeto expansionista dos Estados Unidos pode ter raízes mais profundas, mas é explicado principalmente pelo desenvolvimento capitalista no país. Após a primeira fase da industrialização no norte do país logo após a Independência, os Estados Unidos passaram por uma fase de industrialização pesada entre 1840 e 1870, impulsionada pelo Estado, protecionismo tarifário, construção ferroviária e novas leis de navegação. Essa intensa expansão industrial demandava a busca de novos mercados e fontes de matérias-primas, sendo a origem do seu expansionismo. (OLIVEIRA, 2003)

Este anseio tornou-se algo estrutural a partir da década de 1870, quando o capitalismo nos Estados Unidos entrou em uma nova fase. Sob o amparo do protecionismo e do apoio estatal, acelerou-se o processo natural de concentração e centralização do capital, resultando na formação de monopólios. Os monopólios industriais foram então fundidos com os bancários para formar o capital financeiro. A partir desse momento, a exportação de capital passou a predominar sobre a exportação de mercadorias. (SOUZA, 2012)

Essa evolução explica por que, nessa nova fase de seu expansionismo, os Estados Unidos não apenas se tornaram mais agressivos, mas também decidiram incorporar a América do Sul em seus domínios econômicos. Nessa fase, a política externa tornou-se cada vez mais agressiva e beligerante, com intervenções militares tanto na América Central quanto na Ásia. Essa política foi sistematizada e consolidada por meio do Corolário Roosevelt, durante a presidência de Theodore Roosevelt, de 1901 a 1909. Contudo, o expansionismo dos Estados Unidos em direção ao sul do continente encontrou resistência nos interesses ingleses na região. Entre 1846 e 1849, após mais de sete décadas de revolução industrial, a Inglaterra, que se tornara a principal potência industrial, revogou as medidas protecionistas, propondo um sistema baseado no livre comércio. Alguns países, como França, EUA, Alemanha, Japão, Itália e Rússia, optaram pelo protecionismo, enquanto outros mais frágeis, especialmente na América Latina, aceitaram ou foram forçados a aceitar. (SOUZA, 2001)

Esse sistema implicava, principalmente na América Latina, numa divisão internacional do trabalho em que a Inglaterra monopolizava a produção e exportação de produtos industriais, enquanto os demais países ficavam responsáveis pela produção e exportação de produtos primários. Essa divisão internacional do trabalho, imposta pela Inglaterra, prevaleceu na América do Sul, consolidando-se a partir do último quarto do século XIX com a ascensão dos monopólios, do capital financeiro e da exportação de capitais, caracterizando o imperialismo, conforme a designação do economista inglês John A. Hobson. Nesse contexto, houve uma partilha conflituosa da América Latina entre Estados Unidos e Inglaterra, com os EUA buscando avançar em direção ao sul. A consolidação do domínio externo sobre a região e a imposição da divisão internacional do trabalho prejudicaram as tentativas de integração latino-americana, que, na época, estava intrinsecamente ligada à integração da América Hispânica. Isso não implica que, durante esse período, as lutas pela integração tenham desaparecido, mas elas perderam parte de sua força anterior. (SOUZA, 2012)

### **3.3.2 Segunda onda**

A segunda onda de integração na América Latina teve seu início durante as transformações ocorridas na região entre 1914 e 1945, perdurando até o declínio, nos finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, do extenso período de crescimento econômico pós-Segunda Guerra Mundial. Essa transformação centralizou-se na implementação do processo de industrialização em vários países, destacando-se Brasil, Argentina e México, enquanto nações de menor porte, como Chile, Colômbia e Uruguai, também aderiram à industrialização nesse período aproveitando a crise, especialmente a Grande Depressão, e visando proteger-se dela, os governos de países já industrializados adotaram medidas que resultaram no desenvolvimento de um processo de substituição de importações por produção interna. Estratégias como o protecionismo, a criação de indústrias básicas pelo Estado, mecanismos de financiamento público e a transferência de renda do setor primário para a indústria foram implementadas por esses governos como resposta à conjuntura econômica desafiadora. (SOUZA, 2012)

Nesse período inicial, houve uma consolidação de um setor industrial sob controle nacional, formando uma parceria entre os Estados e suas burguesias. Isso fortaleceu a independência econômica desses países, seguindo a ideologia nacional-desenvolvimentista. Os governos mais avançados buscaram autonomia em relação às potências econômicas, incentivando processos de integração regional, impulsionados pelo nacionalismo e ao mesmo tempo, a industrialização promoveu a diversificação econômica na América Latina, facilitando a integração regional por meio de meios econômicos. Anteriormente, os países latino-americanos especializavam-se na produção e exportação de produtos primários, principalmente para as economias industrializadas do hemisfério norte. No entanto, as restrições ao comércio global durante as grandes guerras e a diversificação produtiva resultante da industrialização aumentaram o comércio entre as nações latino-americanas. Isso despertou o interesse das emergentes burguesias industriais na integração regional, mesmo que não estivessem totalmente conscientes disso. A primeira iniciativa ocorreu entre Argentina e Brasil, os líderes na industrialização. Sob a liderança de Raúl Prebisch, Brasil e Argentina assinaram acordos durante a Conferência da Bacia do Prata em 1941, marcando um passo significativo na busca pela integração comercial na região. (SOUZA, 2009)

Inicialmente, o objetivo desses acordos era estabelecer uma área de livre comércio como passo inicial para a criação de uma união aduaneira. Isso incluiria não apenas Argentina e Brasil, mas também os países vizinhos Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile. Dada a histórica rivalidade entre os dois países, a formação de um bloco comercial Brasil-Argentina poderia representar uma revolução diplomática na América do Sul além disso, em vez de Argentina e Brasil duplicarem indústrias para atender aos mercados locais, seria mais eficaz promover uma especialização setorial para alcançar o mercado regional. (DOSMAN, 2011)

No primeiro momento na tentativa de integração sul-americana houve complicações causada pela intervenção dos Estados Unidos após o ataque japonês a Pearl Harbor em janeiro de 1942, resultou na Conferência Interamericana de Ministros das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. O objetivo era unificar o continente americano contra o Eixo nazi-fascista, mas a Argentina escolheu a neutralidade, sendo rotulada como "pária" e "traidora" pelos EUA, que usaram meios de pressão, incluindo obstáculos aos acordos comerciais com o Brasil

posteriormente as tentativas de integração regional na América Latina foram retomadas com a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) em 1948 pela ONU. Sob a liderança do economista argentino Raúl Prebisch e com a participação de figuras como o brasileiro Celso Furtado, a CEPAL teve um papel crucial na formulação do pensamento econômico latino-americano. Diante da constatação de que a dependência externa e as estruturas internas antiquadas eram responsáveis pelo subdesenvolvimento, a CEPAL propôs a industrialização como solução. (DOSMAN, 2011)

A primeira tentativa de integração, sob a influência da CEPAL, ocorreu por meio do primeiro tipo de integração tendo seu ponto de partida em uma resolução dos governos dos cinco países El Salvador, Guatemala, Honduras, Costa Rica e Nicarágua tomada no quarto período de sessões da CEPAL, que ocorreu na cidade do México em 1951, nesse mesmo ano, paralelamente à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, foram lançadas as bases para a integração europeia. A partir dessa resolução, em 1951, foi criado o Comitê de Cooperação Econômica do Istmo e a Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA), que, após diversas transformações, passou a ser chamado de Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) em 1960 e Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) na década de 1990. No que tange ao intercâmbio comercial, esse bloco gerou resultados notáveis em sua fase inicial. (FURTADO, 1986)

Logo após a criação do bloco regional entre os pequenos países centro-americanos, também houve uma tentativa de aproximar os países de maior dimensão e desenvolvimento relativo da América do Sul. Com o retorno de Getúlio Vargas ao governo do Brasil, o presidente argentino Juan Domingo Perón propôs, em 1952, ao Brasil e ao Chile, a restauração do Pacto A.B.C., assinado no início do século pelos três países. A proposta abrangia uma escala maior, podendo se estender para todo o conjunto da América do Sul em 1952. O suicídio de Vargas em 1954 e a queda de Perón em 1955, após uma intensa campanha contrária à integração pelos setores conservadores da Argentina e do Brasil, podem ser considerados os motivos imediatos do fracasso dessa proposta em 1955. Mas, como veremos adiante, a razão fundamental pode ser novamente encontrada na ação dos Estados Unidos na região. (SOUZA, 2012)

Apesar da pressão dos Estados Unidos, o projeto integracionista, como a Fênix, continuava a ressurgir das cinzas. O projeto mais ambicioso buscava retomar a antiga ideia de integração de toda a América Latina, que, como mencionado anteriormente, vinha amadurecendo desde a década de 1940 entre os governos do Brasil e da Argentina. Assim, por proposta do Comitê de Comércio da CEPAL, que em 1957 criou o Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano, o tratado que instituiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC foi assinado em 18 de fevereiro de 1960, em Montevidéu, composta por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. (HERRERA, 1966)

A ALALC, tinha como seu objetivo primordial a expansão do comércio regional e, por conseguinte, dos mercados nacionais, através da gradual eliminação das barreiras ao comércio intrarregional. O prazo estabelecido para atingir tais metas era de 12 anos, previsto para ser concretizado em 1972. Naquela época, as condições internacionais eram favoráveis a iniciativas desse tipo. Líderes de diversos países do Terceiro Mundo, percebendo a importância de evitar alinhamentos automáticos com superpotências como os EUA e a URSS, optaram por uma abordagem de não-alinhamento, resultando na criação do Movimento de Países Não-Alinhados. Esse movimento unia nações que buscavam uma postura independente, fortalecendo a tendência à cooperação entre os países menos desenvolvidos mesmo que em contrapartida, o expansionismo político, econômico, militar e diplomático dos EUA na região representaria um desafio significativo à integração latino-americana. No Tratado de Montevidéu, os objetivos estratégicos iniciais propostos pela CEPAL foram reduzidos devido à pressão do FMI (dominado pelos EUA). Dessa forma, os acordos se limitaram à criação de uma etapa mais elementar de integração: a área de livre comércio. Mesmo essa fase não conseguiu ser efetivada, e a integração da América Latina ainda teria que superar obstáculos consideráveis, principalmente relacionados aos interesses estratégicos dos EUA. (FARIA, 1993)

### **3.3.3 Terceira onda**

A terceira onda de integração na América Latina surgiu durante o declínio da expansão pós-guerra, entre as décadas de 1960 e 1970. Esse declínio não apenas indicou uma desaceleração econômica, mas também marcou um enfraquecimento relativo dos Estados Unidos, influenciado, entre outros fatores, pelo notável crescimento da produtividade no Japão e na Alemanha em comparação com os EUA. (SOUZA, 2012)

Nesse cenário, novas tentativas de integração surgiram na América Latina. A primeira delas foi liderada pelos países andinos, que, em 1966, estabeleceram a Declaração de Bogotá para formar um acordo sub-regional dentro da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Essa iniciativa resultou, em 1969, no Pacto Andino, inicialmente composto por Bolívia, Chile, Colômbia e Peru, com adesões subsequentes e algumas defecções. (SOUZA, 2012)

O objetivo principal do Pacto Andino era estabelecer uma União Aduaneira em um prazo de 10 anos, durante o qual o bloco operaria como uma Área de Livre Comércio. No entanto, a transição para esse estágio mais avançado levou mais tempo do que inicialmente previsto. Desde o início, havia o compromisso de uma integração mais profunda, culminando em um Mercado Comum. Além disso, o Acordo de Cartagena, que deu origem ao Pacto Andino, tinha ambições mais amplas que a ALALC, buscando o planejamento conjunto de setores econômicos e definindo políticas de restrição ao capital estrangeiro e desenvolvimento tecnológico regional.

O sucesso dessa iniciativa foi impulsionado pela ascensão, entre o final da década de 1960 e o início da de 1970, de governos nacionalistas e progressistas nos países andinos, que buscavam reduzir a dependência externa e limitar a influência do capital estrangeiro. (SOUZA, 2012)

A segunda iniciativa ocorreu em 1975 entre Brasil e México. No Brasil, o setor nacionalista das Forças Armadas, liderado pelo general Ernesto Geisel, assumiu a liderança do governo. Em resposta à recessão global de 1974, Geisel implementou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, visando combater o subdesenvolvimento e a crise por meio de medidas que reduzissem a dependência externa. No México, Luis Echeverría Alvarez, que governou de 1970 a 1976,

compartilhava posições semelhantes. Em 1975, surgiu a proposta de criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). (SOUZA, 2012)

Embora o SELA não fosse um bloco econômico regional, contribuía para a formação de tal bloco ao facilitar ações coordenadas entre os diversos governos da região. Essas iniciativas representaram respostas regionais aos desafios econômicos e geopolíticos da época, buscando fortalecer a cooperação e a autonomia latino-americanas. (SOUZA, 2012)

O retrocesso aparente na nova associação pode, na realidade, representar uma adaptação às condições reais dos diversos países para assegurar um avanço viável. Assim, ao estabelecer uma meta mais avançada do que a prevista na ALALC, propondo a formação de um mercado comum, a abordagem inicial visava começar pela base, ou seja, pela criação de uma Zona de Preferências Comerciais. Concomitantemente, ampliaram-se as oportunidades de acordos sub-regionais para incentivar parcerias entre países mais próximos. Este mecanismo flexível, como veremos mais adiante, foi crucial para o avanço do projeto integracionista a partir da década de 1980. (SOUZA, 2012)

Iniciativas importantes pavimentaram o caminho para esse progresso. Um marco significativo foi a formação do Grupo de Apoio a Contadora em 1983, composto por Venezuela, México, Colômbia e Panamá, posteriormente aderindo Peru, Brasil, Argentina e Uruguai em 1985. O objetivo era contribuir para a pacificação da América Central e fortalecer a América Latina. (SOUZA, 2012)

Em 1986, o Grupo de Contadora ampliou seus objetivos, transformando-se no Grupo do Rio, mesmo sendo predominantemente político, sua aproximação entre os membros impulsionou o processo de integração econômica. (SOUZA, 2012)

Em 1984, uma articulação econômica foi estabelecida em Cartagena, Colômbia, onde chanceleres e ministros da economia de diversos países se reuniram para criar uma instância permanente dedicada à discussão da problemática da dívida externa, conhecida como Consenso de Cartagena. Embora não tenha resultado em ações conjuntas na negociação da dívida, exemplificou a cooperação entre os países latino-americanos. (SOUZA, 2012)

O ponto central da integração sul-americana foi a aproximação entre Brasil e Argentina, catalisada pelo apoio brasileiro à Argentina durante a Guerra das Malvinas em 1982. Isso levou à retomada da cooperação econômica, culminando na formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). (SOUZA, 2012)

O MERCOSUL teve seus antecedentes na Ata de Integração Brasil-Argentina de 1986, assinada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. Posteriormente, em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, estabelecendo a meta de criar um espaço econômico comum. Essas iniciativas resultaram no Acordo de Complementação Econômica nº 14 em 1990, que serviu como base para a formação do MERCOSUL. (SOUZA, 2012)

Paradoxalmente, a proposta de George Bush em 1989, conhecida como Iniciativa para as Américas, visando uma zona de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo, acelerou o processo de integração na América do Sul. Os países sul-americanos, apesar de favoráveis à proposta dos EUA, optaram por formar um bloco regional para fortalecer sua posição nas negociações com os EUA, conforme estabelecido no Tratado de Assunção de 1991, que criou o MERCOSUL. (SOUZA, 2012)

O objetivo estratégico era estabelecer um mercado comum, mas os líderes optaram por atingir essa meta por etapas, começando com uma Área de Livre Comércio e avançando para uma União Aduaneira. O período até 1994 envolveu a transição para uma Área de Livre Comércio, removendo obstáculos tarifários e não-tarifários à circulação de bens. (SOUZA, 2012)

A fase seguinte foi a transição para uma União Aduaneira, marcada pela assinatura da Ata de Buenos Aires em setembro de 1990, estipulando a data de 1º de janeiro de 1995 para a entrada em vigor da União Aduaneira, com a tarifa externa comum (TEC) como instrumento principal. A TEC foi decidida em Buenos Aires em agosto de 1994, estabelecendo um prazo até 2001 para a adaptação dos países a essa tarifa, com extensão até 2006 para produtos de informática. (SOUZA, 2012)

Um marco importante foi a concessão da personalidade jurídica de direito internacional ao MERCOSUL no Protocolo de Ouro Preto. Em 1995, o MERCOSUL já era o quarto maior mercado consumidor do mundo e constituía um peso significativo na economia mundial. (SOUZA, 2012)

Entretanto, o contexto da década de 1990, marcado pelo Consenso de Washington e pelo neoliberalismo, alterou significativamente os objetivos iniciais do MERCOSUL. Originalmente concebido como instrumento de desenvolvimento autônomo com base em parcerias produtivas, sob o governo de Collor de Mello e Carlos Menem, o foco passou a ser o livre comércio, comprometendo os objetivos iniciais de desenvolvimento autônomo. (SOUZA, 2012)

No entanto, recentemente, o MERCOSUL tem buscado ampliar suas áreas de atuação, incluindo a coordenação de políticas externas, cooperação em segurança internacional, assuntos judiciais e educação. A adição de membros como Venezuela, Bolívia e Chile, e a busca de uma abordagem mais abrangente, demonstram os esforços do bloco em superar uma integração puramente comercial.

Enquanto isso, o Pacto Andino enfrentou desafios e fragmentação após a transição para o regionalismo aberto na década de 1980. A Comunidade Andina de Nações, estabelecida em 1996, viu sua TEC comprometida, contribuindo para a desindustrialização da região. (SOUZA, 2012)

O contexto internacional, marcado pelas estratégias dos EUA como a Reagonomics na década de 1980 e o Consenso de Washington na década de 1990, impactou profundamente a América Latina. Essas estratégias, embora tenham influenciado as políticas econômicas dos países latino-americanos, não conseguiram bloquear o processo de integração regional, que se fortaleceu como resposta à crise econômica e à pressão externa. (SOUZA, 2012)

#### **3.3.4 Quarta onda**

A quarta e última onda se inicia na transição da década de 1990 para os anos 2000 e perdura até os dias atuais, marcada pelo surgimento de governos progressistas na América do Sul. Como mencionado anteriormente, os esforços dos EUA não conseguiram impedir a integração latino-americana, mas influenciaram sua configuração de acordo com os interesses corporativos, destacando-se no comércio e no regionalismo aberto. (SOUZA, 2012)

A adoção das políticas neoliberais na região, conforme preconizado pelo Consenso de Washington, resultou em sérios problemas econômicos e sociais. Isso desencadeou um movimento de contestação que levou à mudança de governos em vários países sul-americanos, com correntes políticas opositoras à onda neoliberal assumindo o poder. (SOUZA, 2012)

Paradoxalmente, a onda neoliberal, que inicialmente moldou a integração latino-americana sob os princípios do livre comércio e do regionalismo aberto, eventualmente propiciou a busca por formas mais profundas de integração. Isso ocorreu devido às condições criadas por crises econômicas e sociais recorrentes, culminando no fracasso do projeto dos EUA de estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). (SOUZA, 2012)

A ALCA, lançada em dezembro de 1994, visava reviver a doutrina Monroe, promovendo uma América unificada economicamente. No entanto, as mudanças nos governos da Argentina e do Brasil a partir de 2003 alteraram a dinâmica das negociações. O Brasil, juntamente com o MERCOSUL, adotou uma postura autônoma, propondo uma nova agenda para a ALCA. (SOUZA, 2012)

Apesar das tentativas iniciais dos EUA de impor suas condições, os representantes latino-americanos resistiram. A proposta intermediária brasileira, conhecida como "ALCA light", foi aceita inicialmente, mas logo os EUA recolocaram a proposta original, levando a um impasse. O presidente Bush tentou discutir o tema na Cúpula das Américas em 2005, mas os países do MERCOSUL se recusaram a incluir a ALCA na pauta, efetivamente encerrando o projeto. (SOUZA, 2012)

Em resposta ao fracasso da ALCA, surgiram na América Latina três projetos alternativos de integração: a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (ALBA) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Esses projetos visam superar as formas tradicionais de integração, incorporando aspectos produtivos, físico-energéticos, sociais, políticos e culturais. (SOUZA, 2012)

A UNASUL, inicialmente proposta como Comunidade Sul-Americana de Nações, foi lançada em 2004 e evoluiu para a União das Nações Sul-Americanas em 2008. A ALBA, surgida em 2005 em oposição à ALCA, envolve países da América do Sul, América Central e Caribe. A CELAC, criada em 2010, representa

um marco significativo ao reunir 33 Chefes de Estado e de Governo latino-americanos e caribenhos sem a presença dos EUA e do Canadá, simbolizando um afastamento do pan-americanismo. (SOUZA, 2012)

Esses projetos buscam uma integração mais abrangente, promovendo a cooperação em vez da competição. A ALBA, por exemplo, estabeleceu princípios fundamentais de complementaridade, cooperação, solidariedade, respeito à soberania, justiça e equidade. A CELAC, por sua vez, representa uma iniciativa abrangente que visa a concertação política e integração para todos os países da América Latina e Caribe. O contexto atual, marcado pelo declínio da supremacia dos EUA e pelo compromisso de líderes latino-americanos com a integração, sugere que as perspectivas para avançar nesse processo são mais promissoras do que em tentativas anteriores. (SOUZA, 2012)

#### **4. POLÍTICAS DE IMPLANTAÇÃO E DIFICULDADES DE INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA**

A busca por integração econômica na América Latina teve início nos anos 50, quando estudos da CEPAL revelaram uma queda no intercâmbio comercial entre os países da região. Diante desse cenário, propôs-se a integração econômica como meio de criar mercados mais amplos e dinâmicos, favorecendo o processo de substituição de importações. (AMARAL JUNIOR, 2000)

Em 18 de fevereiro de 1960, onze países adotaram o Tratado de Montevidéu, fundamentado em um projeto elaborado por técnicos da CEPAL, estabelecendo assim a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), com sede no Uruguai. O objetivo era estabelecer uma zona de livre comércio em doze anos, buscando ampliar as trocas econômicas e impulsionar o desenvolvimento industrial.

Desde o início, o governo dos Estados Unidos criticou a criação da ALALC, defendendo abordagens bilaterais no comércio na região. Apesar de não ter alcançado plenamente a meta de criar uma zona de livre comércio, a ALALC foi reconhecida por méritos. Em 1977, o volume do comércio regional atingiu 14,1%, dobrando em relação a 1962.

Na primeira fase (1960-1969), a maioria das 12.000 concessões foi concedida por meio de Listas Nacionais. Já na segunda fase (1970-1980), houve falta de empenho efetivo dos governos em aumentar o número de concessões, levando à assinatura de um protocolo em 1972 para prorrogar o período de transição até 1980.

Em 1969, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru assinaram o Tratado de Cartagena, originando o Pacto Andino. A Venezuela aderiu em 1973, três anos antes da retirada do Chile em 1976.

Visando corrigir deficiências da ALALC e aprofundar a integração econômica, os onze Estados-Partes decidiram criar a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 12 de agosto de 1980, conforme previsto no segundo Tratado de Montevidéu. Ao contrário da ALALC, a ALADI não estabeleceu prazos rigorosos para a constituição da área de livre comércio, acreditando que a formação

de uma área de preferências naturalmente levaria à criação de um mercado comum latino-americano. (AMARAL JUNIOR, 2000)

A área de preferências inclui três mecanismos: a Preferência Aduaneira Zonal, os Acordos de Alcance Regional e os Acordos de Alcance Parcial. Enquanto os Acordos de Alcance Regional tinham como objetivo eliminar medidas administrativas que restringiam o comércio, os Acordos de Alcance Parcial visavam estimular a integração removendo outros obstáculos aos fluxos comerciais. Esses últimos contavam com a participação de alguns Estados, com a expectativa de atrair o interesse dos demais ao longo do tempo. Dentre os mais relevantes estão os Acordos de Complementação Econômica, os Acordos Agropecuários e os Acordos de Promoção do Comércio.

#### 4.1 MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO

Compreendendo as teorias de integração e o processo de integração na América Latina identificamos que durante todo esse processo de tentativas e desenvolvimento da integração foi desenvolvido mecanismos com o objetivo de desenvolver e implementar de maneira sistematizada a integração com o fim de alcançar objetivos específicos e um desenvolvimento destes de maneira linear e funcional.

##### 4.1.1 CEPAL

Na América Latina a integração e regionalismo foi fomentado pela CEPAL que é a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi estabelecida em 1948 por meio da resolução 106 (IV) do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). E para entender seu funcionamento na América Latina devemos entender as razões e objetivos de sua criação, desde sua criação, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento regional da América Latina e do Caribe, especialmente no estímulo ao pensamento integracionista na região. À medida que atinge seu septuagésimo aniversário, este texto busca oferecer uma

breve análise do percurso histórico da CEPAL, abordando seus contributos e sua atuação diante dos movimentos e tendências regionalistas na América Latina.

Em seu estágio inicial, a Comissão evoluiu como uma instituição dedicada à formação de um pensamento político regional, analisando as tendências econômicas e sociais em diferentes momentos históricos. Ao longo de sua existência, desenvolveu diversas abordagens para contribuir com o progresso da região, incluindo consultorias e parcerias técnicas com órgãos nacionais, promoção da expansão de programas de financiamento e formulação de planos de ação regional. (CEPAL, 2018)

A Comissão opera por meio da metodologia histórico-estrutural ou estruturalista, que se concentra na análise das instituições produtivas resultantes dos processos colonizadores e em como essas instituições moldam a dinâmica econômica dos países latino-americanos classificados como em desenvolvimento ou emergentes. Desde o início, o propósito da CEPAL era examinar como processos e variáveis externas impactavam o cenário de subdesenvolvimento na região. Historiadores e estudiosos internos da organização delineiam sete fases na evolução econômica dos países latino-americanos em 1950 uma abordagem centro-periferia em 1960 a implementação de reformas estruturais para impulsionar a industrialização em 1970 a reorientação dos modelos desenvolvimentistas para promover a homogeneização social e a diversificação pró-exportadora em 1980 a "década perdida", superação do endividamento externo por meio de ajustes com crescimento em 1990 a transformação produtiva com ênfase na "equidade" em 2000 o desenvolvimento em prol da assimetria, globalização e questões sociais já a agenda para 2030 foco em igualdade e desenvolvimento sustentável. (CEPAL, 2018)

A Comissão opera principalmente por meio da cooperação técnica, tendo sua sede central em Santiago, Chile. Este mecanismo regional busca impulsionar o desenvolvimento da América Latina e do Caribe ao coordenar as ações dos países e fortalecer as relações intra e extrarregionais. Ao longo de sua trajetória, a CEPAL tem consistentemente defendido a criação de um Mercado Comum regional como meio de consolidar o desenvolvimento industrial. A Comissão realiza estudos abrangentes sobre a região, com o objetivo de orientar escolhas e decisões para

uma inserção mais eficaz da América Latina e do Caribe no cenário econômico global. (CEPAL, 2018)

Uma das contribuições notáveis da CEPAL foi impulsionada pelos estudos críticos de Raúl Prebisch (1963), que propunha que a Comissão deveria funcionar como um centro de pesquisa e formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento regional, concentrando-se nos desafios específicos dos países envolvidos. Dessa forma, a CEPAL combina diferentes elementos de avaliação e, em certa medida, normativos, para guiar o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos e caribenhos com base em suas dinâmicas e necessidades. Estes elementos incluem o papel das economias da região no cenário internacional, o nível de intercâmbio tecnológico entre países centrais e periféricos, e a busca por uma relação equitativa entre os países abrangidos pela CEPAL e o sistema econômico internacional.

Na década de 1950, as análises da CEPAL apontavam para o aumento da desvalorização industrial à medida que as capacidades técnicas e tecnológicas de produção nos países centrais se expandiam. Isso resultava na valorização dos produtos desses países em detrimento dos produtos da periferia, onde a falta de avanços tecnológicos simultâneos levava a um maior influxo de capital inicial para os produtores. A longo prazo, isso elevava os preços dos produtos latino-americanos e caribenhos, já que não ocorria uma expansão correspondente da capacidade produtiva por meio de meios técnicos. Esse cenário indicava um fortalecimento dos Estados Unidos, pois o encarecimento da produção nos países periféricos, juntamente com a restrição dos empréstimos e reservas pelo governo americano, resultava em uma escassez significativa de dólares para o pagamento dos compromissos internacionais pelos países da região.

Diante desse contexto, que refletia a crise econômica de 1929, os países periféricos demonstravam uma maior vulnerabilidade em relação aos países centrais, tornando inevitável a busca por uma transformação que os elevasse à categoria de não periférica. Contudo, dada a inviabilidade dessa mudança, seja por questões domésticas ou pela concentração de bens materiais e financeiros no sistema internacional, a CEPAL propunha a implementação de ações anticíclicas como alternativa para os países do continente. (PREBISCH, 1948)

Em 1963, ao constatar que persistiam grandes desafios para o desenvolvimento dos países analisados pela Comissão, destacou-se a necessidade de enfrentar outro fator crucial: a deterioração dos termos de troca. Nesse sentido, propôs-se afastar a dependência dos estudos econômicos e estratégicos norte-americanos e europeus, que mantinham os países periféricos subjugados para preservar a ordem internacional. Assim, sugeriu-se um maior investimento em pesquisas nacionais dos fenômenos latino-americanos, concentrando-se na realidade específica da região, em detrimento da adoção das teorias econômicas elaboradas nos grandes centros, que implicavam em uma relação desigual. A partir dessa década, a Comissão foi pioneira ao introduzir o conceito inicial de regionalismo na América Latina, reconhecendo a importância de desenvolver soluções específicas e promover uma identidade coletiva para a região latino-americana. (PREBISCH, 1963)

A estratégia regional pioneira derivou da primeira onda de regionalismo na América Latina, denominada "regionalismo fechado". Essa abordagem representou uma tentativa de aproximar os países entre si, fechando-se para reduzir a influência dos centros externos em suas relações. O objetivo era estabelecer uma base regional robusta capaz de modificar as posições dos países na dinâmica das relações internacionais. Dessa forma, o regionalismo fechado foi concebido como uma solução para os desafios do desenvolvimento no continente. A ênfase estava em fomentar o intercâmbio regional para fortalecer as infraestruturas industriais locais, preparando assim os Estados membros para a acirrada competição no comércio global. (MENDONÇA JR., 2014)

Portanto, os estudos da CEPAL na década de 1960 exerceram impacto no pensamento integracionista regional, resultando no estabelecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 18 de fevereiro de 1960. Contudo, embora a CEPAL tenha orientado a região e indicado direções para a implementação de estratégias econômicas baseadas em reformas estruturais para o desenvolvimento, utilizando predominantemente o método de substituição de importações presente nos países centrais, houve um aumento do protecionismo regional e das assimetrias já existentes. Em outras palavras, apesar da proposta de uma aproximação latino-americana, os estudos concentrados na relação centro-periferia não consideraram as disparidades específicas dos contextos nacionais de

cada país, especialmente no que se refere à falta de complementaridade produtiva. Esse cenário se revelou, na época, como um obstáculo ao avanço de alternativas aos processos econômicos cíclicos gerados pelos países centrais. (MENDONÇA JR., 2014)

Nos anos subsequentes, os estudos da Comissão persistiram, adaptando-se às mudanças conjunturais em curso. Apesar do surgimento de outros mecanismos de cooperação e convergência regional entre 1960 e 1980, como a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a formação da Comunidade Andina de Nações (CAN) em 1969, esse período foi marcado por golpes militares e a instauração de ditaduras na região. Esses eventos contribuíram para um distanciamento político, delineando um novo panorama regional a partir do final da década de 1980.

Superada a denominada década perdida na América Latina nos anos 1980 e com o processo de redemocratização em andamento no continente, abriu-se espaço para a retomada da influência dos estudos econômicos e da projeção de um cenário integracionista regional por meio da CEPAL. Assim, a década de 1990 marcou o início de uma abordagem renovada da instituição em relação à integração latino-americana. (HAFFNER, 2002)

Nesse período, ocorreu uma mudança de perspectiva em relação à integração regional. Contrariando a abordagem desenvolvimentista característica do regionalismo fechado, surgiu o conceito de regionalismo aberto, que consistia em uma política de inserção regional na globalização por meio de uma economia de mercado mais dinâmica. O objetivo era estabelecer laços mais estreitos com terceiros países e defender os regimes democráticos ocidentais. Essas iniciativas passaram a convergir com políticas neoliberais orientadas, observáveis em países como Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Equador, Venezuela e Colômbia, por meio de privatizações de empresas estatais, desregulamentação econômica e liberalização unilateral do comércio exterior. (MONIZ BANDEIRA, 2002).

Segundo o autor Haffner (2002) a nova CEPAL reconheceu o processo de globalização como algo irreversível, ao qual os países da região deveriam se adaptar. Contudo, propôs a abordagem da produção com equidade como uma

alternativa às medidas neoliberais de inserção no mercado internacional, buscando fortalecer o setor de produção regional em conjunto com políticas sociais mais equitativas.

Nos anos 2000, a agenda da CEPAL permaneceu com preocupações semelhantes à década anterior, abordando questões relacionadas ao desenvolvimento, globalização e cidadania. No entanto, alinhada ao novo cenário político regional sul-americano, a organização direcionou sua atenção para a temática da inclusão social. Isso é evidenciado pela proposta de trabalho "La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir" (CEPAL, 2010), reiterando o papel crucial que o Estado deveria desempenhar nesse processo.

Na contemporaneidade, a CEPAL adota o lema "Por um Desenvolvimento Sustentável com Igualdade", alinhando-se aos esforços da Organização das Nações Unidas (ONU) para promover e articular os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados em 2015 como uma atualização dos anteriores Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Mantendo-se vinculada a uma agenda global, a abordagem da CEPAL busca continuar a reflexão sobre o desenvolvimento latino-americano e caribenho, agora integrando a dinâmica da "Agenda 2030" com ênfase nas políticas ambientais e climáticas.

O estruturalismo da CEPAL permeia todo o seu trabalho, tanto no âmbito científico quanto político, ao longo de sua atuação na América Latina e no Caribe desde o final dos anos quarenta. Diante das transformações históricas, que incluem visões desenvolvimentistas associadas a governos tanto ditatoriais quanto democráticos, além de diversas orientações de regionalismo, como nacionalistas, liberais, e alterações nas agendas e pautas globais, a Comissão adaptou-se a cada momento, buscando atualizações sem perder sua identidade como uma organização regional dedicada a compreender os desafios específicos da região. Assim, se considerarmos a expressão do pintor uruguaio Torres García, "Nosso norte é o sul", a CEPAL pode ser vista como o emblema desse pensamento, refletindo sobre a dinâmica "centro-periferia" a partir da própria margem do sistema. (JUNQUEIRA, 2018)

#### 4.1.2 IIRSA

Durante a década de 90, houve um notável aumento nas políticas de aproximação e nos empreendimentos de integração no continente americano. Esse incremento nos contatos entre os países foi primariamente impulsionado pela convergência política entre os Estados, pela estabilização da democracia na região e pelo crescimento econômico em curso. Entre as principais iniciativas, destacam-se a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o aprofundamento da integração da Comunidade Andina e o estabelecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Essas iniciativas, como destacado, tinham como alvo a integração de regiões no subcontinente, afastando-se de um diálogo abrangente que contemplasse todos os países e todas as áreas por eles abarcadas. (IIRSA, 2010)

Esse cenário mudou com a virada do milênio, em agosto de 2000, quando o então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, convidou os líderes das nações sul-americanas para o Primeiro Encontro dos Presidentes da América do Sul, realizado em Brasília. O principal objetivo desse encontro era estabelecer um espaço de diálogo que visasse configurar a região como uma zona de democracia, paz, cooperação solidária, integração, além de desenvolvimento econômico e social compartilhado. Apesar da extensa agenda a ser tratada, a ênfase principal recaiu sobre a integração de infraestrutura, pois já existiam trabalhos e estudos preparados sobre o assunto. O Plano de Ação apresentava propostas para o desenvolvimento de três categorias fundamentais de infraestrutura: transporte, energia e comunicações. (IIRSA, 2010)

Na I Reunião de Chefes de Estado da América do Sul em Brasília, de 31 de agosto a 01 de setembro de 2000, os líderes sul-americanos discutiram pela primeira vez a modernização da infraestrutura como meio de promover o desenvolvimento e integrar áreas menos favorecidas às economias nacionais. Nesse encontro, lançaram a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), representando um marco importante para a organização do espaço comum regional. A prioridade na integração da infraestrutura tem como base o processo político de coordenação entre os países sul-americanos assim com um mandato inicial de 10 anos tendo como objetivo ser um mecanismo para promover ações intergovernamentais dos doze países sul-americanos em transporte energia e

infraestrutura dividida em duas esferas de atuação a diretiva e a técnica. (IIRSA, 2010)

A área técnica foi segregada entre os Grupos Técnicos Executivos (GTE) e o Comitê de Coordenação Técnica (CCT). Os GTE englobam especialistas ligados ao governo, incumbidos de atuar em um eixo específico de integração. Por outro lado, o CCT é composto por técnicos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), da CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), proporcionando apoio técnico e financeiro à organização. Subordinada a essa estrutura, está a Secretaria do CCT, administrada pelo BID. Sua principal responsabilidade é facilitar o diálogo entre o CCT, a presidência do CDE e as CNs (Coordenações Nacionais), a qual não era parte dos planos iniciais, mas foi implementada em 2005 na reunião de assunção.

A existência desse órgão em cada país decorre da necessidade de melhorar a gestão e coordenação nacional com outras nações e organizações internacionais. Essas relações demandaram suporte, especialmente devido à sua complexidade, que engloba não apenas os ministérios de infraestrutura, mas também os de relações exteriores, economia, entre outros. Além das interações governamentais, são responsáveis por facilitar o diálogo com o setor privado e a população. Normalmente, o órgão realiza duas reuniões por ano. (IIRSA, 2010)

O IIRSA possui uma série de objetivos, tais que são baseados nos alicerces institucionais da organização permaneceriam praticamente inalterados ao longo da implementação e manutenção do projeto. Outra decisão significativa do Plano de Ação de Montevideu incluía as orientações que guiariam a organização internacional. Dentre estas orientações podemos observar que o objetivo primordial é conceber uma visão abrangente para o desenvolvimento da infraestrutura, integrando diretrizes-chave. Isso implica na contextualização dos projetos em um planejamento regional estratégico, modernização dos sistemas regulatórios e institucionais em cada país, harmonização de políticas entre os estados, valorização da dimensão ambiental e social, melhoria das oportunidades e qualidade de vida nas comunidades locais, incorporação de mecanismos de participação e consulta, instrumentalização da gestão e financiamento partilhado, e estruturação de esquemas financeiros adaptados aos riscos de cada projeto, referenciando a IIRSA.

Esses princípios coletivos visam orientar a implementação de projetos de infraestrutura de forma sustentável e eficiente, considerando as particularidades de cada contexto e promovendo o desenvolvimento equitativo e responsável. (IIRSA, 2010)

Esses pontos demonstravam as intenções dos integrantes do IIRSA ao fazer parte dele, ou seja, modernização e desenvolvimento, político, de infraestrutura e econômicos e essa modernização não fosse benéfica apenas para a região e sim fosse capaz de inserir cada vez mais seus participantes na economia global assim sendo um regionalismo aberto ou novo regionalismo se distanciando do regionalismo fechado mais comum anteriormente. (SENHORAS, 2008)

Para uma compreensão mais profunda das relações esperadas com a criação da IIRSA, torna-se crucial entender esse novo modelo de regionalismo. Essa organização é construída sobre as premissas mencionadas anteriormente, visando integrar regiões que enfrentam desafios no acesso aos mercados internacionais. Além disso, direciona as relações comerciais para o desenvolvimento das vantagens comparativas de cada país. Tanto a IIRSA quanto os Estados-Membros consideram esse conjunto de ações como a principal rota para o pleno desenvolvimento dos países da América do Sul esse desenvolvimento foi separado em eixos de interesses comuns e proximidades regionais. (SENHORAS, 2008)

## 4.2 MERCOSUL

### 4.2.1 Precusores do Mercosul

As discussões sobre o Mercosul têm se concentrado principalmente nos aspectos econômicos relacionados à criação do Mercado Comum para os países da região, enfatizando a modernização das economias e a competitividade internacional. No entanto, os elementos políticos, que desempenham um papel crucial na viabilização desse processo de integração, têm sido subestimados. (JUNIOR, 2000)

No campo político, fatores cruciais que possibilitaram condições favoráveis para o estabelecimento do Mercosul incluem as transformações nas relações entre Brasil e Argentina, juntamente com a consolidação da democracia em ambos os países. Até o final dos anos 70, as relações bilaterais eram marcadas por disputas hegemônicas e hostilidades, resultando em situações de competição e conflitos. A corrida armamentista e a resistência a compromissos formais de não proliferação nuclear na região eram sintomas desse cenário. (JUNIOR, 2000)

A cooperação no campo nuclear, exemplificada pelo Acordo de Cooperação Nuclear de 1980, derivou de uma colaboração mais ampla iniciada com o Acordo sobre o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Rio Paraná em 1979. A transição dos governos autoritários para regimes democráticos foi essencial para transformar relações conflituosas em colaborativas entre Brasil e Argentina. A cooperação intergovernamental, fundamental para a criação do Mercosul, ocorre quando as políticas de um governo são percebidas pelos outros Estados como facilitadoras dos objetivos comuns. (KEOHANE, 1984)

O ápice desse processo foi a assinatura da Ata do Iguazu em 1985, seguida pelo Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina de 1986 e o Tratado Bilateral de Integração e Cooperação Econômica de 1988, culminando no Tratado de Assunção em 1991. A criação do Mercosul não pode ser entendida fora dos marcos jurídicos e políticos que surgiram com a redemocratização dos países latino-americanos. A complexidade da integração entre economias diversas exige negociações contínuas e diálogo, ultrapassando as esferas governamentais. (JUNIOR, 2000)

O pleno sucesso do Mercosul será alcançado apenas quando houver um comprometimento social mínimo com as metas governamentais preestabelecidas, sendo este fato incompatível com a lógica de exclusão social predominante em governos autoritários. O retrocesso democrático representa o maior risco para o processo de integração. Diante da formação de blocos econômicos na década de 90, o Mercosul surgiu como um esforço para elevar a competitividade regional no comércio global, por meio da implementação de políticas comerciais comuns que fortalecem a posição do bloco em fóruns internacionais de negociação. A criação de um amplo mercado, abrangendo cerca de duzentos milhões de consumidores,

representa uma moeda de barganha significativa nas negociações com outros parceiros. (JUNIOR, 2000)

Simultaneamente, o crescimento dos fluxos comerciais dentro do bloco é um fator essencial para a modernização econômica. As economias nacionais estão mais expostas à competição, o que impulsiona a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos consumidores. Apesar disso, o Mercosul representa uma forma de regionalismo aberto, que não se fundamenta em discriminações contra outros mercados. Nessa perspectiva, alinha-se ao espírito que orientou o GATT e que agora guia as ações da Organização Mundial do Comércio. (JUNIOR, 2000)

Finalmente, a criação do Mercosul foi notavelmente facilitada pelo substrato cultural comum compartilhado pelos quatro países que o compõem. A proximidade linguística e a presença de culturas interligadas facilitaram a compreensão mútua e possibilitaram o diálogo no âmbito regional.

#### **4.2.2 Funcionamento do Mercosul**

Os primeiros artigos do Tratado de Assunção delinearam o modelo de mercado comum desejado por seus criadores. Ao contrário do que ocorreu na Europa, onde o Tratado de Roma detalhou minuciosamente os objetivos do mercado comum a ser estabelecido, no Mercosul, prevaleceu um grau maior de indefinição em relação ao resultado final do processo de integração. Em essência, pode-se concluir que o propósito do Tratado de Assunção, conforme evidenciado no artigo 1, foi instituir uma união aduaneira, caracterizada pela completa eliminação das barreiras alfandegárias e não-alfandegárias entre os países membros, juntamente com uma política comercial comum em relação a outros mercados. (JUNIOR, 2000)

Essa característica, sem dúvida, influenciou a configuração institucional do Mercosul. As instituições resultantes foram fundamentadas na cooperação intergovernamental e no consenso como critério primordial para a tomada de decisões. O Tratado de Assunção estabeleceu as instituições que deveriam vigorar na fase provisória do Mercosul, até 31 de dezembro de 1994. Com o Protocolo de Ouro Preto, as instituições do Mercosul ganharam maior estabilidade, assumindo

funções anteriormente desconhecidas. Mantendo seu padrão original, as novas instituições registraram considerável aprimoramento, ao mesmo tempo em que ocorreu uma alteração em sua natureza jurídica. (JUNIOR, 1994)

A mudança mais significativa nesse aspecto foi a atribuição de personalidade jurídica ao Mercosul. O artigo 34 do Protocolo de Ouro Preto estipulou que o Mercosul teria personalidade jurídica de Direito Internacional. O Mercosul, ao exercer suas atribuições, passou a praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e realizar transferências (artigo 35). O artigo 36 menciona a possibilidade de o Mercosul estabelecer acordos de sede, uma opção aberta apenas para a Secretaria Administrativa, uma vez que os demais órgãos têm sede rotativa. (DECRETO N° 1.901, 1996)

Com a aquisição da personalidade jurídica, o Conselho do Mercado Comum passou a ter a função de negociar e firmar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. O Mercosul, como centro de imputação de direitos e deveres, adquiriu uma existência própria, distinta dos Estados que o constituem. A Secretaria Administrativa do Mercosul contará com um orçamento para cobrir seus custos de funcionamento e aqueles determinados pelo Grupo Mercado Comum. Esse orçamento será financiado, em partes iguais, por contribuições dos Estados partes. No entanto, é importante destacar que o Mercosul está longe de possuir instituições supranacionais, como ocorre na União Europeia. (JUNIOR, 2000)

O pensamento jurídico-político destaca a importância fundamental das instituições na vida social. Estas, como padrões regularizados de interação aceitos e reconhecidos, possuem diversas características. Primeiramente, possibilitam a inclusão ou exclusão dos agentes sociais, determinando as condições para sua participação nos processos decisórios. Além disso, definem a probabilidade de ocorrência de resultados específicos, influenciando o espectro de possibilidades e sua probabilidade. As instituições também desempenham o papel de agregar e estabilizar a organização dos agentes que interagem com elas. Elas induzem padrões de representação que envolvem o direito de falar em nome de outros, assim como a capacidade de obter reconhecimento e adesão. Além disso, possibilitam a

estabilização de agentes, representantes e expectativas, estabelecendo comportamentos esperados dentro de limites aceitos. (O'DONNELL, 1991)

Outra característica fundamental das instituições é a ampliação do horizonte temporal dos atores, permitindo a previsão de continuidade ou mudança gradual nas interações institucionalizadas. Conscientes da relevância dessas instituições, os membros do Mercosul trabalharam para criar uma estrutura institucional leve e flexível, visando consolidar a união aduaneira como meta inicial do processo de integração. Nesse contexto, o Conselho do Mercado Comum assume um papel central como órgão de direção política da integração econômica. O Protocolo de Ouro Preto conferiu personalidade jurídica internacional ao Mercosul, elevando o Conselho do Mercado Comum a órgão supremo da nova organização, responsável pela condução política do processo de integração e pela tomada de decisões para garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos. (JUNIOR, 2000)

Além do Conselho, o Grupo Mercado Comum desempenha funções essenciais como órgão executivo, enquanto a Comissão de Comércio do Mercosul, hierarquicamente inferior, exerce atividades consultivas e de assessoramento, especialmente em questões relacionadas à política comercial. (JUNIOR, 2000)

A Secretaria Administrativa do Mercosul, por sua vez, atua como arquivo e desempenha funções cruciais, e os Comitês Técnicos, criados pela Comissão de Comércio, oferecem suporte e coletam dados para pareceres sobre políticas comerciais comuns. (JUNIOR, 2000)

Além disso, a Comissão Parlamentar Conjunta e o Foro Consultivo Econômico-Social foram estabelecidos para fortalecer a ligação entre o Mercosul e os Parlamentos nacionais, buscando maior participação da sociedade e democratização das instituições. O Foro Consultivo Econômico-Social, como órgão consultivo, emite recomendações ao Grupo Mercado Comum para homologação de seu Regimento Interno. Essas estruturas e seus papéis reforçam a importância das instituições no contexto do Mercosul. (JUNIOR, 2000)

#### **4.2.3 Desafios da integração**

O primeiro desafio crucial que o Mercosul enfrenta diz respeito ao impacto da dicotomia entre prioridades internas e compromissos internacionais no processo de integração. No Brasil, a estratégia de substituição de importações desde os anos 50 enfatizou a construção de um capitalismo nacional, baseado na autonomia tecnológica e na consolidação do mercado interno. (JUNIOR, 2000)

As políticas de proteção à indústria nacional resultaram na criação de incentivos fiscais para certas atividades e tarifas alfandegárias elevadas para produtos importados. Com o esgotamento desse modelo, houve a necessidade de reavaliar as estratégias de inserção do Brasil na economia global. (JUNIOR, 2000)

Na década de 90, o governo brasileiro implementou um amplo programa de liberalização comercial, incluindo a revisão de barreiras alfandegárias e não alfandegárias. Contudo, a instabilidade econômica na América Latina levanta a possibilidade de as prioridades internas prevalecerem sobre os compromissos internacionais assumidos anteriormente. (JUNIOR, 2000)

A desvalorização do real em 1999 impactou as relações comerciais entre Brasil e Argentina, levando o governo argentino a impor sobretaxas às exportações brasileiras. Essa situação, aliada às dificuldades econômicas no Brasil, reduziu o comércio dentro do bloco, ameaçando a continuidade da integração. (JUNIOR, 2000)

Adicionalmente, a existência de diferentes regimes cambiais nos dois países representa um obstáculo à harmonização das políticas macroeconômicas, favorecendo a possibilidade de políticas voltadas exclusivamente para os interesses domésticos. (JUNIOR, 2000)

Em segundo lugar, é crucial questionar até que ponto o Mercosul é verdadeiramente percebido como um projeto das sociedades nacionais dos países membros, em vez de ser considerado um projeto exclusivo dos governos. A participação social nas decisões relacionadas à criação e institucionalização do Mercosul é desigual entre os países membros. (JUNIOR, 2000)

Apesar das tentativas no Brasil de ampliar a participação social, está ainda não é suficientemente expressiva, demandando uma expansão para garantir o

comprometimento efetivo da sociedade com os objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção. (JUNIOR, 2000)

Em terceiro lugar, o Mercosul apresenta profundas assimetrias entre os Estados membros, o que pode ser tanto um fator de instabilidade quanto um sinal de vulnerabilidade. A estabilidade econômica do Brasil e da Argentina pode garantir o sucesso do Mercado Comum, mas crises internas nesses países podem afetar a coordenação necessária para o processo de integração. (JUNIOR, 2000)

A existência de diferentes legislações em áreas cruciais, como a proteção ao consumidor, levanta questões sobre a harmonização legislativa no âmbito do Mercosul. A criação de órgãos comunitários e supranacionais é necessária para o funcionamento efetivo de uma zona de livre comércio, mas isso pode entrar em conflito com o princípio de soberania defendido pelos Estados latino-americanos. (JUNIOR, 2000)

Em quarto lugar, as questões institucionais são cruciais para a instituição de um mercado comum. A configuração institucional do Mercosul, o número e as atribuições das instituições criadas, bem como os procedimentos decisórios, são fundamentais para o sucesso do bloco. A criação de instituições de caráter comunitário e supranacional implica restrições à soberania dos Estados, algo que entra em conflito com o princípio da soberania defendido pelos Estados latino-americanos. Por fim, a sobrevivência do Mercosul parece depender da tomada de decisões que consolidem o bloco além da fase da união aduaneira. A harmonização de regras no setor de serviços poderia marcar o início de uma nova etapa, e o fortalecimento do Mercosul é crucial nas negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). (JUNIOR, 2000)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração regional na América Latina é um fenômeno complexo e multifacetado que tem sido objeto de estudo e debate ao longo de décadas. A teoria da integração regional na região abrange uma variedade de aspectos, desde a globalização e interdependência até a soberania dos Estados. Este trabalho explorou esses temas, destacando o equilíbrio delicado entre a busca por uma integração mais profunda e a manutenção da autonomia nacional.

No contexto da globalização e interdependência, os países latino-americanos têm enfrentado desafios significativos. A crescente interconexão econômica e cultural, embora tenha proporcionado oportunidades, também gerou preocupações sobre a soberania dos estados. A necessidade de participar ativamente no cenário global muitas vezes colide com a preservação da autonomia e identidade nacionais.

O regionalismo na América Latina, como abordado neste estudo, revela-se uma tentativa de conciliar essas tensões. Desde a independência até a ideia de América Latina consolidada na Carta da Jamaica, a região experimentou um histórico conturbado de integração. As crises dos anos 70 e os avanços dos anos 90 refletem as complexidades enfrentadas pelos países latino-americanos ao tentar formar laços mais estreitos.

A análise dos mecanismos de integração, como a CEPAL, IIRSA e o Mercosul, destaca os esforços concretos feitos na direção da integração regional. No entanto, esses esforços não estão isentos de dificuldades. Desafios institucionais, econômicos e políticos surgem como obstáculos substanciais. A busca por interesses nacionais muitas vezes se choca com a necessidade de cooperação regional, resultando em tensões que afetam a eficácia dos mecanismos de integração.

Os desafios da integração na América Latina são vastos e variados. A busca por soluções requer uma abordagem holística que leve em consideração não apenas os aspectos econômicos, mas também os fatores políticos, sociais e culturais. A superação desses desafios exigirá um compromisso renovado dos países da região, reconhecendo a interdependência e a necessidade de colaboração para enfrentar questões compartilhadas.

Em última análise, a integração na América Latina é um processo dinâmico que reflete a complexidade da interação entre estados soberanos em um mundo globalizado. Compreender e abordar esses desafios exigirá não apenas políticas eficazes, mas também uma mudança de mentalidade em relação à colaboração regional. A construção de um futuro mais integrado na América Latina dependerá da capacidade dos países da região de superar obstáculos históricos e abraçar uma visão compartilhada de progresso e desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

AMARAL JR., Alberto do. **Mercosul: características e perspectivas**. 2000.

AMARAL JR., Alberto do. **Mercosul: questões políticas e institucionais**. In: Boletim de Integração Latino-Americana. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, abr./jun. 1994.

BATISTA, Eliezer. **Infra-estrutura para desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul**. 1997.

BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: da independência a 1870, volume III**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BID. **Beyond Borders: The New Regionalism in Latin America**. IDB 2002 Report. 2002.

BOBBIO, Norberto et alii. **Dicionário de política**. 6 ed. Trad. Carmem Varrialle et alii. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

CEPAL. **Infraestructura para la integración regional**. Santiago de Chile, 2011.

CEPAL. **Infra-estrutura na América do Sul: situação atual, necessidades e complementaridades possíveis com o Brasil**. 2007.

CRUZ, P. M. **Soberania, Estado, Globalização e Crise**. Novos Estudos Jurídicos, Itajaí (SC), v. 7, n. 15, p. 07–24, 2008. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/323>. Acesso em: 25 nov. 2023.

DOSMAN, E. J. **Raúl Presbisch (1901-1986); a construção da América Latina e do Terceiro Mundo**. Tradução Teresa Dias Carneiro, César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

FAWCETT, L. **Regionalism in historical perspective**. In: FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. (eds.), *Regionalism in world politics. Regional organization and international order*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FARIA, J. A. E. **O Mercosul: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção**. Brasília: MRE/SGIE/NAT, 1993.

FURTADO, C. **A economia latino-americana; formação histórica e problemas contemporâneos**. 3. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

IIRSA. **IIRSA Diez años después: sus logros y desafíos**. Buenos Aires: BID – INTAL, 2011.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and interdependence**. Boston: Scott, Foresman and Company, 1989.

MARIANO, Karina Pasquariello. **GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E O ESTADO**. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ln/a/J5MPkrXppmjTLzM9pQgcN5G/?format=pdf&lang=pt>

MILTRANY, David. **The Functional Approach to World Organization**. 1948.

MORE, Rodrigo Fernandes. **Integração econômica internacional**. Jus Navegandi. Teresina, ano 7, n. 59, out. 2002. Disponível em:  
<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3307>

O'DONELL, Guillermo. **Democracia delegativa**. In: *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, n. 31, 1991.

OLIVEIRA, M. F. **Conjuntura internacional e sua influência na constituição e desenvolvimento do Mercosul**. In: VIGEVANI, Tullo (org.). *Mercosul: a emergência de uma nova sociedade*. São Paulo: Cedec, 2001.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **Monografia jurídica: orientações metodológicas para o Trabalho de Conclusão de Curso**. Porto Alegre: Síntese, 2001.

RODROGUES, Bernardo Salgado. **Os libertadores e a integração latino-americana: clássicos do passado para compreender o futuro**. 2007. Disponível em:  
[https://congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505928626\\_ARQUIVO\\_Oslibertadoreseaintegracaolatino-americana-versaofinal.pdf](https://congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505928626_ARQUIVO_Oslibertadoreseaintegracaolatino-americana-versaofinal.pdf)

SENHORAS, Elói M. **Economia política entre multilateralismo e regionalismo: processos de integração**. Jan. 2008. Disponível em:  
<http://works.bepress.com/eloi/70>.

SENHORAS, Elói M. **Regionalismo Transnacional e a Integração Física: um estudo sobre a iniciativa de integração da infraestrutura sul-americana**. Campinas: UNICAMP, 2008.

SOUZA, Nilson Araújo. **América Latina: as ondas da integração**. 2012.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. **REGIONALISMO NA AMÉRICA LATINA E A CONTRIBUIÇÃO DA CEPAL: AVANÇOS E LIMITES**. 2011. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106717/320592.pdf>